



① Para cumprir o proposto pela banca iremos, em primeiro lugar, analisar o surgimento das ligas camponesas, e, num segundo momento, dissertar sobre o Movimento Sem Terra, tendo como recorte a comparação da atuação dos movimentos em relação à legislação em vigor nos seus períodos. Como nos lembra Francisco de Oliveira, a Era Vargas teve como uma de suas marcas a expansão das leis trabalhistas apenas para as áreas urbanas, sendo esse um mecanismo de atração dos trabalhadores rurais para as cidades. Essa dinâmica foi mantida no pós-1945, com os camponeses/trabalhadores rurais pressionados, por um lado, pela falta de direitos trabalhistas e, por outro, por uma legislação fundiária conservadora, que não previa o direito de usucapião, e nem levava em consideração a função social da terra. A conformação das Ligas Camponesas se dá, então, num contexto no qual a ação direta torna-se quase a única alternativa, já que as disputas no âmbito jurídico/político, apesar do "ensaio democrático" republicano, não eram nada favoráveis. Assim, sua conhecida bandeira, "na lei ou na marra", em nome da luta da Reforma Agrária, não era resultado da "radicalidade" dos seus líderes, como Julião, mas ~~era~~ parte de um contexto histórico no qual a urbanização do país e a manutenção da força dos latifundiários caminhavam lado a lado. Essa dinâmica manteve-se durante o período de ditadura civil-militar, com um fechamento do regime político, por um lado, e ampliação da criminalização dos movimentos, por outro. A formação do MST, na passagem da década de 1970 e início da de 1980, traz consigo a herança das ligas camponesas, e uma forma de atuação que priorizava a disputa pela posse coletiva das

terras, que deveriam ser públicas e de uso compartilhado, indo na contramão de uma concepção de Reforma agrária que tratava a terra como mercadoria. Entretanto, como nos lembra René Dreifuss em "o jogo da direita", a esperança que os movimentos agrários tinham na Assembleia Constituinte que daria um fim a todo o "êntulho autoritário" foi rapidamente desfeita. O bloco do "centrão" garantiu quase todas as vitórias da bancada ruralista, em especial no que tange aos limites dos latifúndios. A derrota foi tão grande que o MST trouxe como lema "fazer carvão da Constituição", remontando a sua herança de lutas pela terra que pressiona o aparelho do Estado, mas sem centrar seus esforços nas negociações e iniciativas jurídicas. Dessa forma, cada vez mais pressionados pela "modernização conservadora" do campo brasileiro, os camponeses e trabalhadores rurais ainda sofrem, por um lado, com a persistência do "arcaico" que nutre o "moderno" das relações de exploração, mas, ao mesmo tempo, reconstróem a luta por uma relação mais harmoniosa e sustentável com a "mãe terra", no bojo dos movimentos que debatem o uso do solo a partir de suas próprias tradições, as quais foram fortemente atacadas durante a ditadura civil-militar, mas tiveram sua germinação na passagem da década de 1970 e início da ~~1980~~ 1980, como os "povos da floresta", que ficaram marcados na figura de Chico Mendes, o movimento quilombola e o movimento indígena também em sua reorganização na passagem para a assim chamada "Nova República". Assim, o "tradicional" e o "novo" também se mesclaram na organização dos camponeses/trabalhadores rurais brasileiros entre 1940 e 1980.

② Para analisar as relações no interior do Império Ultramarino Português entre os séculos XVI e XVIII iremos, num primeiro momento, de fender a utilidade ~~de utilização~~ do conceito de "mundo Atlântico", para posteriormente dissertar sobre a expansão portuguesa no contexto da modernidade europeia e suas relações a partir do protagonismo Africano. Por último, analisaremos a autonomia relativa da colônia portuguesa nas Américas e de seus agentes, e os possíveis significados da diáspora Africana.

Como nos lembra Bernard ~~Bailyn~~ Bailyn, uma das marcas dos estudos do mundo Atlântico é a preocupação em não resumir seus processos a uma mera expansão europeia que despreza os agentes locais como sujeitos históricos. Nesses marcos, a preocupação da construção de uma história não euro-cêntrica, se possível circumatlântica, transatlântica e cisatlântica, deve ter como característica fundamental restaurar a África e a agência Africana, como afirma Alison Games, e em nosso caso, também as especificidades da colonização brasileira. Se a "Europa come o mundo", como afirma Braudel, precisamos ser cuidadosos ao analisar esse expansionismo. A expansão portuguesa foi, por um lado, uma resposta à crise, e, por outro, uma convergência entre os interesses econômicos e políticos ~~do~~ rei e sua corte sebanial e as burguesias europeias. Marcados pela modernidade europeia e pela política econômica mercantilista, sua especificidade é ser um período de transição, conforme Falcom. No entanto, a necessidade do controle sobre a força de trabalho num local de fronteira aberta acaba por fortalecer a utilização do trabalho compulsório em geral e a escravidão em particular. Essa construção, medida pelo Tráfico de pessoas escravizadas, ocorreu de forma bipolar,

entre a América e região do Congo-Angola, especialmente. A historiografia mais recente veio a fortalecer, especialmente após a segunda metade do século XVII, o papel dos comerciantes da praça do Rio de Janeiro, como também a lucratividade do tráfico para os reinos costeiros Africanos. Ou seja, a conversão da elite dirigente do "Reino" do Congo ao catolicismo, por exemplo, não se deu como mera subordinação, mas como parte dos pactos necessários para construção do comércio de pessoas escravizadas, com os recursos e armas que o mesmo viabilizava para os africanos desta elite. Precisamos, então, ter a clareza de que esses significados, no interior da diáspora africana, não são meramente materiais, já que essas pessoas, ao chegarem na América, reconstruíram papéis, culturas, línguas e culturas. As trocas culturais, marcantes até mesmo na denominação como João "Congo" ou Maria "Angola", são parte efetiva das relações no interior do Império Ultramarino Português entre os séculos XVII e XVIII.

③ Levando em consideração a importância de se tratar de temas socialmente ~~relati~~ relevantes no ambiente escolar, nos marcos do protagonismo da educação étnico-racial em diálogo com o ensino de história, uma possível abordagem que assim resgate os pressupostos da lei 10.639/03, seria tendo como conteúdo curricular principal de uma aula o Teatro Experimental Negro de Abdias Nascimento. No planejamento dessa aula para o 9º ano do ensino fundamental teríamos como objetivo principal a análise do ressurgimento do movimento negro após a ditadura Vargas,

e como objetivos específicos a construção de conhecimentos em torno do papel das artes cênicas numa educação anti-racista, como também o ~~o~~ olhar sobre o Brasil "desenvolvimentista" em contraste com a necessidade de crítica à suposição de existência de uma "democracia racial brasileira" a partir do Quilombismo, como outra perspectiva. Para este fim, num primeiro movimento, exponia para os alunos passagens do filme "Pantera Negra", que tem forte protagonismo negro em seu elenco, ao lado de vídeos de internet com depoimentos sobre sua importância. Como tema problematizador, num segundo momento, questionaria os alunos sobre os olhares que temos sobre a África e a herança africana, num movimento de comparação e "anacronismo controlado", como indica Ana Maria Monteiro. Posteriormente, em diálogo com o conteúdo curricular, realizaria uma exposição oral-dialo-gada sobre o teatro experimental negro no contexto dos movimentos sociais entre 1945 e 1964. Por fim, como forma de avaliar o processo de ensino-aprendizagem, proponia que os alunos realizassem, em grupos de cinco a sete integrantes, pequenas esquetes tendo como tema "o ~~o~~ olhar negro sobre a história do Brasil". Dessa maneira, a abordagem buscava o diálogo entre os conhecimentos prévios dos estudantes, a ludicidade e o conteúdo curricular, numa perspectiva de fortalecimento de uma cultura escolar questionadora de todas as formas de preconceito e opressão.